

MARCAS TERRITORIAIS DA MULTICULTURALIDADE EM SANTOS/SP: IMIGRANTES PORTUGUESES E ESPAÑHÓIS NO SÉCULO 19

TERRITORIAL SIGNS OF MULTICULTURALITY IN
SANTOS/SP: PORTUGUESE AND SPANISH
IMMIGRANTS IN THE 19TH CENTURY

Wellington Teixeira Lisboa

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Campinas/Brasil)
E-mail: wtlisboa@yahoo.com.br

Recebido em: 03 de setembro de 2019

Aprovado em: 12 de novembro de 2019

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 17 | n. 1 | p. 137-155 | jan./abr. 2020

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1i0.1998>

RESUMO

A cidade de Santos, situada no litoral paulista, vem se configurando como um território multicultural desde o período colonial brasileiro, com especial destaque na segunda metade do século 19. A dinâmica agroexportadora da economia cafeeira constituiu o cenário de atração de populações variadas a esse município articulador das transações portuárias oitocentistas, sendo que, naquele quadro, os imigrantes portugueses e espanhóis atuaram como personagens centrais no redesenho das realidades econômicas, políticas, socioculturais, urbanísticas em Santos. O presente estudo tem como objetivo apresentar elementos que contribuam para um capítulo da história da formação territorial e cultural deste município, com foco particular nos fluxos migratórios ibéricos ao longo do século 19, sobretudo na sua segunda metade. Com efeito, a perspectiva historiográfica e o amparo de fontes primárias permitirão a identificação e análise das marcas territoriais que narram o protagonismo dessas populações na formação da Santos multicultural, articulando memória, identidade e patrimônio das migrações ibéricas nesse litoral paulista.

Palavras-Chave: Santos. Imigração portuguesa. Imigração espanhola. Território multicultural.

ABSTRACT

Located on the coast of São Paulo, Brazil, the city of Santos has become a multicultural territory since the colonial period in that country, especially in the second half of the 19th century. The agro-exporting dynamics of the coffee economy constituted the scenario of attraction of varied populations to this municipality that articulated the port transactions. In that context, Portuguese and Spanish immigrants acted as central characters in the redesign of economic, political, socio-cultural and urban realities in Santos. This study aims to present a chapter of the history of the territorial and cultural formation of this municipality, with particular focus on Iberian migratory flows throughout the 19th century, especially in the second half. In fact, the historiographical perspective will allow the identification and analysis of the territorial marks that narrate the protagonism of these populations in the formation of the multicultural Santos, articulating memory, identity and patrimony of the Iberian migrations in this coast of São Paulo.

Keywords: Santos. Portuguese immigration. Spanish immigration. Multicultural territory.

INTRODUÇÃO

Santos, município do litoral paulista que, oficialmente, reúne mais de quatro séculos de história, apresenta em sua composição urbanística e populacional um conjunto de referenciais cuja decodificação requer o exame analítico das dinâmicas socioculturais das migrações internacionais processadas no seu território. São as marcas territoriais, na sua eloquência discursiva e vivacidade simbólica (Bonnemaison, 2002), que testemunham não apenas o trânsito temporário de estrangeiros no seu solo, mas sobretudo a permanência dos imigrantes nesta cidade com firmes traços de natureza multicultural.

Particularmente nas últimas décadas dos oitocentos, a ampliação e o incremento das lavouras cafeeiras do interior paulista e a necessidade de aparelhamento do porto de Santos para a exportação dos grãos de café fizeram com que este município protagonizasse um reordenamento decisivo de seus arranjos espaciais e demográficos (GONÇALVES, 2006). Com efeito, o complexo cafeeiro dependente da estrutura portuária afiançou o cenário de oportunidades para a fixação de imigrantes de distintas nacionalidades nesse litoral, na segunda metade do século 19. Isso quer dizer que a relevância santista na história das migrações no Brasil não deve se restringir, tão-somente, à sua condição como estrutura portuária central para o trânsito massivo de imigrantes com destinos além-planalto paulista. Como território multicultural, Santos fez-se e refez-se com a presença de imigrantes em seu solo, em grande número provenientes de Portugal e da Espanha.

A propósito, desde já, convém referir que a coexistência de variados grupos cultivando culturas diversificadas num mesmo espaço físico de relações humanas e institucionais, como postula Touraine (1995), produz o caráter plural de certas sociedades e de seus territórios, como é o caso específico do território sociocultural santista, em foco no presente estudo. Este sociólogo francês assinala que sociedades com tais características, isto é, essencialmente multiculturais, concentram uma pluralidade nacional e étnica nos seus limites espaciais, mediante práticas comunicativas razoavelmente regulares, embora não sem disputas e nexos de poder econômico, identitário, político entre atores dotados de distintas categorias de expressão, análise e interpretação do mundo. Trata-se, de fato, de uma multiplicidade de vozes num espaço polifônico por excelência, entrecortado por expressões afloradas segundo clivagens de gênero, etnia, sexo, religião, classe social, idade, nacionalidade.

Essa heterogeneidade social nos instiga a considerar a atuação espacializada dos sujeitos e suas identificações culturais na (re)construção cotidiana das formas e conteúdos das cidades, que não necessariamente correspondem à pretensa oficialidade de culturas hegemônicas assumida como “autenticamente” local, regional, nacional, tampouco se resumem aos seus aspectos concretamente visíveis. Touraine (1995), numa linha de raciocínio similar à de Hall (2005), adverte que cada vez menos

se pode conceber uma unidade cultural nos territórios, e isso independentemente do quadro contextual em que se inserem os agrupamentos humanos, isto é, nas pequenas e médias urbes ou nas grandes e agitadas metrópoles, mesmo porque as culturas, uma vez territorializadas, protagonizam complexos mecanismos de negociação ativados por indivíduos e pelos grupos de que fazem parte, por meio de experiências diárias que impactam nas representações coletivas inscritas no espaço.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo apresentar elementos teóricos e empíricos que contribuam para alinhar um capítulo da história da formação territorial e cultural de Santos, com foco nos fluxos migratórios ibéricos alocados neste município ao longo do século 19, no quadro da “grande imigração” ao estado de São Paulo (BASSANEZI, 1996). A análise da historiografia sobre o assunto, combinada ao entrecruzamento de acepções teóricas advindas de campos de conhecimento como a Antropologia Social e a Geografia Cultural, e o exame atento dos dados colhidos junto a fontes primárias de investigação permitirão, em termos teóricos e metodológicos, a identificação de certos traços ibéricos na dinâmica de composição multicultural do município santista.

CONJUNTURAS MACROESTRUTURAIS PARA AS MIGRAÇÕES IBÉRICAS EM SANTOS

As migrações internacionais em Santos, a partir da segunda metade do século 19 e com ênfase nas suas duas últimas décadas, devem ser compreendidas no âmbito do movimento da “grande imigração” no Brasil, em particular na região de São Paulo, àquela época considerada maior centro brasileiro de plantação e exportação da monocultura do café. Petrone (1990) explica que o avanço dos cafezais demandava grande volume de mão de obra, principalmente porque a alta taxa de mortalidade decorrente das doenças e das más condições de trabalho e a supressão oficial do tráfico negreiro, que prenunciava o fim das políticas escravistas, gradualmente, forçaram o redesenho do perfil de trabalhador para as plantações e fazendas do interior de São Paulo, onde se localizavam os solos mais adequados a essa monocultura.

Naquele contexto, parte significativa da elite agrária paulista, imbuída por teorias raciais que apregoavam a inferioridade biológica e intelectual dos negros – e de outros povos não brancos, a exemplo dos “amarelos” da Ásia –, defendia a imigração como via propícia e necessária para o fim do regime servil, pautando-se na justificativa colonialista de que, ao contrário dos negros, tidos como naturalmente vadios e destituídos de capacidades morais necessárias a afazeres braçais não coercitivos, a população europeia, na sua essência, revelar-se-ia apta ao trabalho livre, como afinal validava o seu centenário projeto de civilização. O porto de Santos passaria, então, a receber numerosos e constantes fluxos de populações brancas “vacionadas” (SALLES, 1986) ao trabalho especializado e assalariado, o que,

simbolicamente, imprimiria uma característica “nobre” ao tecido social da nação brasileira em formação. Essa relação valorativa de opostos, como é fácil depreender, tem como alicerce uma estrutura binária de pensamento colonial com claro enfoque biologicista, evolucionista e, por que não dizer, eurocêntrico.

Nas primeiras décadas posteriores a 1850, com o fim do tráfico negreiro e gradual expurgo dos escravos nas fazendas cafeeiras, fatores como o desequilíbrio da quantidade de mão de obra e a incapacidade de inovação dos aparatos tecnológicos, aliados ao aumento da comercialização do café no mercado norte-americano e europeu e a consequente expansão do cultivo desse grão no Oeste paulista, constituíram o pano de fundo para o adensamento das migrações internacionais para o Brasil (PETRONE, 1990; SEYFERT, 2002), cujos impactos foram determinantes à formação territorial, econômica, demográfica, urbanística e cultural de Santos. É importante ainda reconhecer, entre outros fatores conjunturais relevantes, tanto nos países de origem como nas localidades de destino da imigração, que a instalação da linha férrea da *São Paulo Railway Company*, em 1867, possibilitou o escoamento da robusta produção cafeeira do interior ao litoral paulista, viabilizando o fortalecimento do comércio interno, a importação de bens de consumo, de matérias-primas, equipamentos, produtos manufaturados e, evidentemente, a exportação dos grãos de café aos países dos continentes europeu, americano e asiático.

De acordo com Spindel (1980) e igualmente como contextualiza Fausto (1999), a ferrovia Santos-Jundiaí, sob a responsabilidade daquela companhia inglesa, compôs a infraestrutura necessária para a logística estratégica de negociação do “ouro verde” paulista, uma vez que garantia o transporte ágil, regular, vigoroso e com menos riscos. Com a implantação dessa via técnica de transporte terrestre, logo o porto de Santos ultrapassaria o do Rio de Janeiro em volume de café exportado para o mercado internacional. E tanto foi assim que, se, em 1860, o movimento no porto santista registrou a exportação de 36.250 sacas de café, em 1895 ostentou a comercialização de 2 milhões de sacas, ultrapassando 13 milhões em 1909, no auge desse tipo de economia agroexportadora (GITAHY, 1992). A “porta” aberta ao Atlântico era a mesma por onde o trânsito internacional de coisas, dinheiro e pessoas ganhava concretude, progressivamente.

No que diz respeito aos aspectos populacionais, para efeitos de representação numérica, resgatamos o levantamento censitário imperial de 1872, que registrou 9.191 habitantes em Santos, sendo 168 estrangeiros, dos quais 61 africanos na condição de escravos, 42 africanos livres, 62 portugueses e três italianos (FIBGE, 1872). Na somatória, esses dados expõem uma pequena diferença frente ao número apresentado pelo censo produzido, naquele mesmo ano, pelo próprio governo municipal, em que constam 9.151 moradores (SANTOS, 1914). Contudo, no que concerne especificamente aos estrangeiros, as incompatibilidades estatísticas são notórias e relevantes: enquanto o documento da administração

imperial certificou a quantidade de menos de duzentos estrangeiros residindo no território santista, a comissão censitária local detectou 1.577 indivíduos de diversas nacionalidades. Essa divergência, convém frisar, é reconhecida e claramente criticada no relatório municipal, no qual incisivas suspeições são desferidas quanto à credibilidade dos métodos adotados naquela contagem populacional que abrangueu todo o território do Império e, inclusive, quanto aos interesses que a salvaguardaram.

Representando em torno de 17% da população residente no município em 1872 e tendo como volume mais expressivo o grupo dos portugueses, esses estrangeiros ainda não integravam o movimento que reuniria os traços estruturais do que, nas décadas posteriores, estabelecer-se-ia, em escala massiva, como a “grande imigração” no Brasil, com maior vulto no estado de São Paulo. De todo modo, inter cruzando as estatísticas sistematizadas pelo censo municipal santista e o levantamento populacional sob a responsabilidade do governo imperial, ambos datados de 1872, emergem indicadores significativos e que merecem a atenção: a) do total (29.622) de estrangeiros distribuídos espacialmente em toda a província de São Paulo, 5,3% localizavam-se em Santos, computando 1.577 pessoas; b) excluindo-se os africanos nas condições de cativos e libertos, o contingente de estrangeiros em toda a região provincial não ultrapassava o montante equivalente a 2% dos seus habitantes; Santos, por sua vez, contava com 14,4% de estrangeiros em sua composição populacional, também excluindo dessa contagem os sujeitos provenientes do continente africano; c) por fim, 13,8% dos portugueses identificados em toda a extensão da geografia paulista residiam nesse município litorâneo.

TRAMAS TERRITORIAIS DA CULTURA: OS PORTUGUESES E ESPANHÓIS EM SANTOS

Até as duas últimas décadas do século 19, os cerca de mil portugueses residentes em Santos constituíram, de fato, o mais expressivo coletivo de imigrantes nesta cidade, tendo participado de importantes metamorfoses estruturais que seguiam em ritmo vigoroso nas adjacências do cais portuário, plataforma operacional ligada ao centro urbano que suportou a economia agroexportadora cafeeira e o processo de povoamento do estado de São Paulo. Não por acaso, já em 1859, um grupo de negociantes portugueses havia fundado a Sociedade Portuguesa de Beneficência, que daria origem ao segundo hospital construído na cidade, inaugurado oficialmente em 1878, no bairro do Paquetá, e que colaborou de forma ativa (PEREIRA; FRUTUOSO, 2009) com o equacionamento dos atendimentos prestados pela Santa Casa da Misericórdia, o primeiro hospital fundado no Brasil, também por portugueses, em 1543.

O gradual aumento da quantidade de imigrantes portugueses que desembarcavam no cais santista, em geral combatidos pelas longas viagens marítimas e que ainda se deparavam com uma cidade inóspita,

assombrada pelo risco iminente de proliferação de moléstias, motivou o ideal de construção do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, posteriormente denominado Hospital Santo Antônio. À medida que crescia esse grupo populacional com o qual o Brasil mantinha fortes vínculos histórico-culturais, econômicos e políticos, mas que sequer se comparava ao perfil e ao número dos sujeitos que protagonizariam, na virada do século 19 para o século 20, o ápice do fenômeno da “grande imigração”, alguns empreendimentos passaram a compor o cenário urbano que se transfigurava nesse litoral.

A fundação, em 1869, de um clube sociorrecreativo voltado ao lazer, à produção artística, ao esporte e às possibilidades de interação entre os brasileiros e os portugueses, o Clube XV, inseriu-se nessa dinâmica de reconstituição dos espaços santistas de meados do século. O Clube XV, “que se proclama o mais antigo clube social brasileiro em atividade permanente desde então” (GONÇALVES, 2005: s/p.), foi um dos principais palcos de atividades carnavalescas e de saraus dançantes e musicais em Santos, congregando brasileiros, filhos de portugueses, imigrantes dessa nacionalidade e outros estrangeiros pertencentes a uma elite local ou a uma classe social relativamente abastada. Uma década após a fundação deste clube, instituiu-se, também nas adjacências do centro da cidade, a Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos, presidida, em sua maioria, por portugueses, muitos dos quais integrantes dos quadros associativos da Sociedade Portuguesa de Beneficência (PEREIRA; FRUTUOSO, 2009).

Podemos notar que, como núcleos de origem, os centros urbanos congregam importantes referenciais para a construção das narrativas acerca do passado das urbes, visto que, neles, geralmente, tem-se o início do “processo de instalação dos primeiros equipamentos urbanos, assim como também tais sítios de origem são, via de regra, centros políticos, culturais, religiosos e, sobretudo, locais de intensa sociabilidade” (PESAVENTO, 2007: s/p.). Esses distintivos inerentes às regiões centrais das cidades derivam de sua potencialidade como eixos articuladores de espaços e tempos. Isto é, são o *locus* em torno do qual gravitam componentes fundamentais para a formação socioespacial das urbes, assim discriminados por Pesavento (2007): os elementos estruturais que presidiram o traçado e a organização do espaço físico e dos espaços construídos; a apropriação humana desses espaços no tempo e sua transformação como território do vivido; a dotação de uma carga imaginária de significados, transformando-os em lugar portador do simbólico e das sensibilidades sociais. Nessa linha de entendimento,

a morfologia da centralidade originária da urbe se apresenta como um palimpsesto, acumulando tempos, formas, usos e significados. Camadas superpostas que se insinuam, mas antepõem filtros ao olhar. É preciso desfolhar as camadas de uma cidade, descer aos subterrâneos do tempo, ver o que se oculta sob a superfície do espaço (PESAVENTO, 2007: s/p.).

A cidade de Santos, nesse movimento demográfico, foi se compondo e se reconfigurando como um território histórico de migrações internacionais, onde a multidimensionalidade do vivido passou a congrega, entre outras, as experiências socioculturais dos primeiros grupos de estrangeiros a viverem nesse litoral, como os portugueses. Na década de 1880, este município registrou considerável aumento da sua população, ultrapassando 15 mil habitantes em 1886 (SANTOS, 1914), às vésperas da oficialização das medidas abolicionistas em curso e do dealbar do regime republicano. Dos oitocentos aos novecentos, a virada de séculos foi caracterizada pela regularidade e consolidação do fenômeno da imigração massiva para o interior cafeeiro paulista e para o seu eixo portuário de comercialização e exportação, justificando a subida acelerada do volume de populações em Santos para 50.389 pessoas em 1900, conforme o censo demográfico federal relativo àquele ano (FIBGE, 1900).

Frutuoso (1990) afirma que, em 1891, viviam no município 23.055 portugueses, isto é, 20 mil a mais do que se registrou em 1872. Permanecendo como o maior grupo de imigrantes por décadas sucessivas, os portugueses eram provenientes dos territórios da Ilha da Madeira, dos Açores e das regiões ao norte de Portugal, mas foram especialmente os madeirenses que, inicialmente, desbravaram as encostas dos morros inabitados que demarcavam os horizontes até então conhecidos da cidade. Os morros do São Bento, do Monte Serrat e da Nova Cintra, próximos ao centro histórico (Mapa 1), tiveram parte de seus vastos terrenos roçados por imigrantes portugueses para acolher, além de suas moradias, as plantações de laranja, banana, batata-doce, mandioca e outras tantas “novidades” (FRUTUOSO, 1990), bem como as extensas hortas e as criações de galináceo, porco e gado leiteiro. A própria denominação deste último morro, que já fora conhecido como Tacho ou Tachinho e Morro dos Prados, corresponde diretamente à presença de imigrantes portugueses na sua composição física, fazendo referência à Sintra, região montanhosa localizada nas cercanias da capital portuguesa, Lisboa.

Mapa 1 – Distribuição espacial dos principais morros de Santos



Fonte: Página virtual *Viva Santos* - Seção Geografia, Morros de Santos, 2016.

Nessas elevações do planalto santista, que ainda guardam vívidas referências arquitetônicas, culturais, linguísticas, religiosas da presença dos portugueses, “[...] cultivaram cana, essa mesma cana que acabou propiciando o surgimento de inúmeros alambiques no morro. E da famosa pinga, que virou patrimônio da cidade” (ABREU, 1982: s/p.). Essas marcas concretas e simbólicas densamente impressas nos morros santistas vão ao encontro da própria definição do conceito de território então explorada neste estudo, compreendido não unicamente como área física controlada para usufruto estratégico dos recursos naturais, como também um conjunto de referentes espaciais indissociáveis na criação e recriação cultural dos grupos. Como suportes plurifacetados e multivalentes circunscritos no espaço, são os territórios as vias imprescindíveis para o ordenamento e reprodução das identidades sociais e culturais (BONNEMAISON, 2002).

Essa linha de raciocínio vincula a construção de subjetividades à materialidade dos territórios, ou melhor, correlaciona as experiências vivenciadas pelos grupos às características específicas dos lugares de convívio onde se concretizam as relações. Nesse sentido, como espaços vivos e mutantes, essencialmente “impuros” (SANTOS, 1997), que possibilitam distintas sociabilidades e dinâmicas de reconhecimento intragrupal, os territórios são parte constituinte do complexo processo de elaboração identitária dos indivíduos e, por extensão, afiançam contornos peculiares à formação das cidades ou regiões onde se ancoram as narrativas de sua população. É, pois, apropriado inferirmos que, no solo e com base nele, a imaginação coletiva em torno do que se entende como sendo a comunidade de pertencimento (ANDERSON, 2008) “fabrica” cenários urbanos cuja matriz simbólica é reiterada, atualizada e resignificada pelos membros da coletividade. Daí que o território seja produto inacabado do vivido, seja o bastião dos laços de afetividades e das identificações sociais; por isso mesmo, “[...] lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural” (BONNEMAISON, 2002: 126).

Em certa medida, os territórios, como resultantes culturais e políticos das formas de ocupação social dos espaços, constituem uma categoria fundamental de toda estrutura espacial vivida; nele se ancoram e se cristalizam, tanto material quanto imaterialmente, o sentimento de pertencimento a um grupo e/ou nação e uma miríade de representações coletivas pelas quais se rememora o passado e se projeta a vida presente e futura. São essas representações que, de fato, fazem certas porções do espaço humanizado serem reconhecidas por sua significância, diretamente atrelada à construção intérmina das identidades sociais e culturais, como no caso de alguns bairros e morros santistas.

São ilustrativos, no quadro dessas problematizações teóricas, os chalés (Figura 1) erguidos sobre plataforma de pedras encaixadas umas às outras, sem a necessidade de ligá-las com a utilização de argamassa (técnica típica da Ilha da Madeira, em Portugal), no sopé de morros de Santos.

Figura 1 - Chalés de madeira no bairro do Jabaquara, Santos



Fonte: Acervo de imagens do autor, 2015.

Barbosa (1998, 1999), um dos primeiros estudiosos a se debruçar sobre o valor histórico-cultural desse conjunto arquitetônico que ainda resiste ao tempo e também à voraz especulação imobiliária no litoral, afirma que os chalés de madeira situados em Santos se explicam como subproduto material e simbólico da economia cafeeira da transição para o século 20. Assim como o café fora o responsável pela riqueza dos fazendeiros agroexportadores e dos demais negociantes de uma província que ampliava seu poderio em âmbito nacional e se transformava em termos urbanísticos, também fora ele que produzira novos cenários e condições de vida demarcados pela precariedade e exclusão. Afinal, como pontua este autor, o volume das transações financeiras, que atraíam fluxos humanos internacionais incessantes e diversificados, contrastava com a ausência de políticas públicas direcionadas à estrutura habitacional (e não apenas) dos trabalhadores que passaram a suportar, pela base, o êxito do ciclo do café.

Efetivamente, dessas práticas sociais de territorialização na experiência de vida como migrantes deriva o fato de que o contingente populacional de origem portuguesa, que naquela virada de século superava largamente o de qualquer outra nacionalidade, viria a exercer importante papel no arranjo urbanístico dos morros de Santos e também nas obras de expansão portuária, nos cafés e restaurantes, nos serviços fúnebres, na estruturação do comércio, etc. Tamanha fora a contribuição na formação territorial dessa cidade e na composição sociocultural de sua população que, em homenagem a essa história já centenária, refletida nos atuais cotidianos desse município, o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba União Imperial apresentou, no Carnaval de 2012, o desfile da escola de samba cujo

enredo tinha o seguinte mote: *Reluz a Herança Portuguesa na Terra da Caridade e da Liberdade*, ocasião em que a agremiação explorou os múltiplos aspectos da memória e da presença portuguesa nesse litoral.

Também é assaz significativo que, no calendário oficial de feriados e datas comemorativas de Santos, constem leis municipais como a de nº 230, sancionada em 25 de fevereiro de 1987, que institui a *Semana Luso-Brasileira*, anualmente comemorada entre os dias 20 e 27 de abril; a de nº 1.790, promulgada em 20 de julho de 1999, que celebra o *Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*, comemorado todos os anos no dia 10 de junho; a lei nº 2.566, de 05 de setembro de 2008, referente ao *Dia da Lusofonia*, festejado no dia 05 de outubro, a cada ano (SANTOS, 2018).

Quanto aos espanhóis, expressiva corrente migratória que também teve como destino essa cidade litorânea paulista, o saldo quantitativo evoluiu de um quadro de 55 indivíduos em 1872 para mais de 8 mil, décadas mais tarde (SANTOS, 1914). Em sua tese de doutorado sobre esse fluxo populacional para Santos na passagem dos oitocentos para os novecentos, Porta (2007) assinala que o primeiro ano em que o governo espanhol passou a controlar a saída de imigrantes ao Brasil foi em 1882, sendo que, naquela década, já era comum a presença de sujeitos dessa nacionalidade em alguns setores da economia santista em remodelação, sobretudo no ramo da logística portuária, nos pequenos comércios alimentícios e de prestação de serviços, nos hotéis e restaurantes.

Os imigrantes espanhóis que se fixaram em Santos eram oriundos, quase que exclusivamente, de uma única região daquela Península, a Galícia (PORTA, 2007; CÁNOVAS, 2010). Com efeito, foi no cenário geopolítico e econômico da “grande imigração” a São Paulo, a princípio de origem italiana e, de imediato, de raiz ibérica, que, em 1895, o coletivo de espanhóis radicado em Santos fundou o Centro Español, conhecido inicialmente como Casino Español, que congregou, desde o início de sua fundação, centenas de imigrantes dessa nacionalidade residentes na cidade portuária do café. Naquele mesmo ano, o Centro Português de Santos, logo denominado Real Centro Português¹ (Figura 2), também ganhou corpo e vitalidade na região central desse município, exercendo papel relevante no acolhimento, integração, representação política e visibilidade dessa população.

¹ A primeira sede social do Real Centro Português localizava-se na Praça da República, nº 11, onde também funcionava a Escola “João de Deus”, desde 1895, destinada aos portugueses e aos seus filhos. Em 1900, um novo prédio foi erguido na Rua Amador Bueno, nº. 188, onde passou a funcionar essa entidade. Em estilo arquitetônico neomanuelino, esse edifício faz parte, no Brasil, de um trio de edificações com essas características portuguesas, junto ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, construído em 1887, e ao Gabinete Português de Leitura de Salvador, de 1918.

Figura 2 – Vista frontal do Real Centro Português



Fonte: Acervo de imagens do autor, 2015.

Outras entidades vinculadas aos povos ibéricos indicam, na historiografia, a presença e a relevância desses fluxos migratórios em Santos: o Gabinete de Leitura Luso-brasileiro, fundado em 1883; o Real Centro Português (1895); a Escola João de Deus, de 1895; o Clube Atlético Lusitano, com data finissecular indefinida; a Sociedade Musical Colonial Portuguesa (1896); a Sociedad Española de Socorros Mutuos, Instrucción y Recreos de Santos (1900); a Sociedad Española de Repatriación (1902); a Associação de Socorros Mútuos D. Carlos I (1903), entre outras. Esse cenário revela que, no âmbito das migrações, seus protagonistas provocam metamorfoses abissais nos distintos espaços das cidades para onde se destinam, posto que deles se apropriam, com intensões e estratégias as mais diversas, comprovando que suas territorialidades não estão meramente circunscritas ao universo econômico do trabalho e da luta por meios de subsistência.

Ao ocuparem suas posições sociais no espaço, os migrantes acabam por se situar num “novo” campo de relações e de forças cujas marcas passam a narrar a diversidade da vida prolongada dentro de seus contornos. Os “espaços de vida” (COURGEAU, 1988) onde são operadas as variadas e complexas atividades

difundem-se, decerto, por entre interstícios muitas vezes difíceis de serem percebidos, cartografados, posto que adentram o território fluido e labiríntico da cultura. Sendo assim, a extensão territorial congrega e revela, em suas nuances físicas e sociais, as dinâmicas econômicas, políticas, culturais, religiosas, subjetivas, linguísticas processadas no cerne das trajetórias de migração. Em coletividade, num mesmo solo de relações sociais, os imigrantes podem revisitar as memórias e negociar os sentimentos alusivos à saudade, à nostalgia, ao pertencimento nacional e ao estranhamento cultural, assim como traçar projetos futuros, econômicos e/ou políticos, entre os pares. As entidades de caráter étnico (Vermeulen, 2005) caracterizam-se, ainda, como territórios onde as práticas socioculturais da terra natal podem ser rememoradas e revividas intensamente e de forma quase idealizada, sendo amparadas pela manutenção de laços comunicacionais entre os imigrantes da mesma procedência geográfica.

Temos, portanto, o indicativo de que, ao se territorializarem no país de destino, os imigrantes instauram no espaço vias propícias à retroalimentação e solidificação de suas comunidades de pertencimento. Ou seja, mesmo que inicialmente desconhecidos uns dos outros no “novo” território, esses indivíduos desfrutam da possibilidade de se sentirem ligados entre si por um conjunto de códigos, simbologias e referenciais comuns à nação de origem. A propósito, Anderson (2008) explica que a invenção da nação, como fenômeno recente, remete à realidade política europeia setecentista, quando os valores do Iluminismo impulsionaram a laicização e a perda de legitimidade dos reinos dinásticos. Desde esse período historicamente situado e datado, a agregação comunitária passou a repousar na ideia de que seus membros são agentes integrantes de uma história, de uma cultura, de um território e seus fundamentos de organização administrativa. Nessa acepção, a nação ganha contornos de uma comunidade imaginada, simultaneamente delimitada no espaço e na quantidade de indivíduos, coesa e soberana na gestão política interna e nas suas relações com outras nações.

Para Anderson (2008), as nações têm a necessidade de estabelecer e comunicar uma identidade nacional que apresente fortes conexões semânticas com um passado remoto e que desperte, em sua população, mecanismos discursivos de identificação e de projeção coletiva, captando os anseios, esperanças e frustrações da vida em sociedade. Seus habitantes assimilam e, em certa medida, reproduzem um sistema de representações culturais no seio do qual se confere máxima relevância às histórias, memórias, aos eventos históricos e a outras tantas narrativas, inclusive as de natureza épica, que lhes são recorrentemente contadas sobre a nação, por instrumentos comunicacionais e instituições os mais diversos. A invenção das tradições (HOBSBAWM; RANGER, 2012), inclusive, emerge como estratégia discursiva que intenciona a atemporalidade do sentimento de nacionalismo, ou melhor, a aceitação tácita da continuidade presente de um passado construído e legitimado como adequado,

coerente. São hábitos e tradições perpassadas por várias gerações, sem que, diretamente, se conteste ou busque as origens de seus enredos, imaginados e cristalizados, no solo, pelo movimento das celebrações ritualísticas e pela reprodução dos mesmos discursos ideologicamente concatenados.

Nessa linha de entendimento, Anderson (2008) conclui que o nacionalismo e seus desdobramentos de cunho político, cultural, econômico assumem, concomitantemente, a forma de uma consciência social com vigor emocional profundamente respaldado. Significa dizer que as lógicas comunitárias e afetivas, mediadas por fluxos comunicacionais, que mobilizam cada indivíduo em torno de memórias e de um imaginário comum sobre a nação ancoram-se em referenciais de tal magnitude que mesmo as subjetividades e as estruturas de pensamento são conduzidas a apreender, com naturalidade, esses artifícios de identificação nacional. As iniciativas associativistas, então, foram de importante notoriedade nos esforços de congregar os imigrantes de nacionalidade portuguesa e também espanhola, para fins diversos, servindo como *locus* de sociabilidade e de integração no município.

É preciso ainda mencionar que, sobretudo os provenientes da Península Ibérica, os imigrantes desempenharam uma variedade de atividades indispensáveis naquele cenário urbano que, em ritmo contínuo, se metamorfoseava na transição para o século 20, como pedreiros, carpinteiros, marceneiros, serralheiros, ferreiros, estivadores, marmoristas, artífices especializados nos serviços com cimento e gesso, em tacos de madeira para piso e outros artefatos que passariam a compor a estética dos domicílios da burguesia de então. Contudo, Matos (1995) assinala que os obituários da cidade indicaram que, dos mortos de febre amarela entre 1876-1897, cerca de 80% eram estrangeiros, dos quais a maioria constituída por imigrantes portugueses e por espanhóis, que em geral exerciam funções comprometedoras à saúde em desgastantes atividades braçais, como ensacadores, carregadores, carroceiros, estivadores, uma vez que “se o trabalho no Brasil era duro nas fazendas e nas fábricas, não o era menos no cais” (Martínez, 1999: 266).

Registre-se, também, a atuação no ramo do comércio varejista e da prestação de serviços, como ourives, sapateiros e alfaiates, figuras de destaque na nova divisão social do trabalho daquele panorama. Por sua vez, Frutuoso (1990) e Matos (1995) acentuam que, além de terem de dar conta dos afazeres rotineiros do lar, muitas portuguesas e espanholas atuaram no ramo da costura de sacaria, em armazéns de secos e molhados, nas adegas de conhecidos, nas quitandas de frutas e legumes, nas atividades de catação de café e de restolho em galpões e mercados, nos botequins de familiares já instalados na cidade, para não dizer das que, entre essas, se prostituíam.

A presença feminina fazia-se notória, particularmente, na prestação de serviços de limpeza e de cuidado de casas de famílias, bem como na lida como lavadeiras, engomadoras de roupa dos funcionários

do porto e como bordadeiras. As técnicas ancestrais do bordado e a venda do produto dele derivado foram compartilhadas pelas meninas e mulheres portuguesas ao longo de gerações, o que sempre possibilitou uma fonte de renda e alguma autonomia financeira às bordadeiras, no seio familiar (KODJA, 2004). Apenas em 1984, depois de praticamente um século sendo executado nos morros santistas, em torno do bordado instituiu-se a União das Bordadeiras do Morro São Bento, como estratégia de resistência cultural no território e de fortalecimento intragrupal desse tipo de artesanato. Kodja (2004), em sua dissertação de mestrado, conclui que o bordado é o principal instrumento para manter a identidade cultural das mulheres de origem portuguesa ainda viventes em Santos. Em 2013, apenas três mulheres resistiam ao tempo e, em suas territorialidades, davam continuidade às técnicas do bordado no Morro São Bento, tal como foram retratadas no documentário idealizado pelo Instituto Cultural Vasco Carmano, de Santos, e concebido por Alexandre Camilo e Eduardo Furkini, intitulado *A Linha e a Vida* (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século 19, a cidade de Santos se configurou como um território de migrações internacionais, sendo que sua população acompanhou um expressivo crescimento quantitativo sobretudo pela presença de imigrantes de origem ibérica. Pelo porto de Santos, ao ritmo do escoamento das sacas e sacas de café, à entrada de mercadorias e transações comerciais em torno dos produtos manufaturados e dos equipamentos indispensáveis ao processo de modernização paulista somaram-se as volumosas correntes migratórias oriundas, em maior número, do sul do continente europeu.

Os portugueses e espanhóis, homens, mulheres, adultos, crianças, deram continuidade aos seus projetos de vida e enredaram as dinâmicas dos seus cotidianos nesse “chão” de diversidades, atribuindo-lhe forma, conteúdo e sentidos múltiplos. De fato, como revelado neste estudo, o olhar sobre essas populações representa um prisma privilegiado a partir do qual a compreensão de parte da formação histórica desta cidade litorânea do estado de São Paulo torna-se plausível e dotada de significância, em termos espaciais e demográficos. Os vestígios identitários constituem, pois, uma das vias por meio das quais é possível compreender e narrar a composição de uma população e da cidade que a acomoda, ainda que se corra o risco de narrar apenas algumas de suas inúmeras partes.

Nas tramas territoriais urbanas, em particular das cidades com populações densamente multiculturais, como historicamente tem sido o caso de Santos, os sujeitos e os grupos de que fazem parte não só instituem os elementos materiais e imateriais que os identificam nas suas singularidades culturais, a exemplo das tradições, costumes, idiomas, arquiteturas, indumentárias, como também criam e reproduzem, no solo de relações, os modos como se organizam segundo suas concepções de

moral, religião, trabalho, habitação, política e demais expressões da coletividade. Em Santos, as marcas materiais e simbólicas da sua composição multicultural são perceptíveis nos cotidianos processados nesse território de diversidades, que congrega a memória das migrações inscrita no seu solo e que é retroalimentada, sobretudo, pelas centenárias associações étnicas, pelos modos de ocupar os espaços transformados em bairros, pelos sotaques e outras representações das culturas.

Não obstante a permanência, no campo acadêmico, da relativa invisibilidade da temática das migrações internacionais em Santos, a atuação dos imigrantes portugueses e espanhóis na composição populacional e territorial dessa cidade manifesta-se de forma incontestável nos cotidianos locais, inclusive pelos “lugares de memória” (NORA, 1993) por eles produzidos e que demarcam, como vimos, as “faces” visíveis e simbólicas dessa urbe revestida de fortes traços ibéricos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sônia M. L. de. **Comunidade é onde nos sentimos bem**. Santos: Mobil Oil do Brasil, 1982.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOSA, Gino C. **Chalé de madeira**: a moradia popular de Santos. 1998. 147 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. O chalé de madeira: solução para moradia. **Leopoldianum** (UNISANTOS), vol. 70, p. 169-186, 1999.

BASSANEZI, Maria S. C. B. Migrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP, 1996.

BONNEMAISON, Joe. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-132. (Série Geografia Cultural).

CÁNOVAS, Marília D. K. Espanhóis na Santos da *belle époque*: o espaço expressão da contradição. Resultados preliminares de uma pesquisa. **Maracanã**, Revista do Programa de Pós-graduação em História, IFCH/UERJ, v. VI, n. 6, jan/dez. 2010, p. 97-122.

COURGEAU, Daniel. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale**. Migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: INED, 1988.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1872**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1872.

_____. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1900. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4/browse?value=Censo+demogr%C3%A1fico%2C+Brasil%2C+1900&type=subject>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FRUTUOSO, Maria S. G. **Imigração portuguesa e sua influência no Brasil**: o caso de Santos -1850 a 1950. 162f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

GITAHY, Maria L. C. **Ventos do mar**: Trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: UNESP/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

GONÇALVES, Alcindo. A saga dos clubes em Santos. **Revista Eletrônica Patrimônio**: Lazer & Turismo, Universidade Católica de Santos, Santos, maio 2005, não paginado. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=29>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. **Desenvolvimento econômico da Baixada Santista**. Santos: Leopoldianum, 2006.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva. 7ª ed. São Paulo: DP&A Editora, 2005.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

KODJA, Gisela. **Bordadeiras no Morro do São Bento**: memória trabalho e identidade. 133 f. Dissertação de Mestrado - (Programa de Pós-graduação em Gerontologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

- LISBOA, Wellington T. **Santos, em duas viradas de século (do século 19 ao século 20 e do século 20 ao século 21):** dinâmicas de configuração social do território de migrações internacionais. 283f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281264>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- MARTINEZ, Elda E. G. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer América**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 239-271.
- MATOS, Maria I. S. de. História, memória e cotidiano privado. O feminino e o masculino no porto do café (1890-1930). In: PEREIRA, Maria A. F. (org.). **Santos - Café & História**. Santos: Leopoldianum, 1995.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- PEREIRA, Maria A. F.; FRUTUOSO, Maria S. G. Os trabalhadores portugueses na cidade portuária de Santos, no final do século XIX. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia.; MATOS, Isilda. (Org.). **Nas duas margens: os portugueses no Brasil**. 1ª ed. Porto-PT: Edições Afrontamento, 2009. p. 95-120.
- PETRONE, Maria T. S. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). Tomo III. Vol. 2. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 1990.
- PESAVENTO, Sandra. Cidades Visíveis, Cidades Possíveis, Cidades Imaginadas. **Revista Brasileira de História**, v. 27, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 27 mar. 2019.
- PORTA, Eliane V. **Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920**. 211 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SALLES, Iraci G. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS. Prefeitura Municipal de Santos. **Recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de Dezembro de 1913**. 1914. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a01.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **Calendário Oficial**. Disponível em: <<http://www.santos.sp.gov.br/conheca-santos/calendario-oficial>>. Acesso em: 14 maio 2018.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEYFERT, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março-maio, 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SPINDEL, Cheywa R. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

TOURAINÉ, Alain ¿Que és una sociedad multicultural? Falsos e verdadeiros problemas. **Revista Claves de Razón Práctica**, Madrid, Progreso, out. 1995, n. 56. p. 14-25.

VERMEULEN, Floris F. **The immigrant organising process: the emergence and persistence of Turkish immigrant organisation in Amsterdam and Berlin and Surinamese organisations in Amsterdam (1960-2000)**. Amsterdam: University Amsterdam, 2005.